

FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS E GOVERNANÇA**JAIR EDUARDO SANTANA**

Dirigente de EFPC certificado pelo ICSS com ênfase em Administração e Investimentos

Diretor Executivo de Fundo Previdenciário Complementar (JUSPREV)

AETQ da JUSPREV

Mestre pela PUC de São Paulo em Direito do Estado

Consultor de entidades públicas e privadas

Pesquisador

Professor

Advogado

Especialista em Governança

Fundos previdenciários – não importa a qual categoria pertençam – deveriam ter sua existência fortemente atrelada a uma governança efetiva.

E governança não é simples sinônimo de gestão ou tampouco de planejamento. Muito menos substitui a palavra administração e nada tem a ver com uma boa organização.

Governança – pública ou privada – é algo que se assenta nos modos sistêmico e complexo de ser e, por isso mesmo, revela-se de difícil mas não de impossível apreensão (para aprofundamento o leitor pode consultar texto¹ de nossa autoria a propósito do tema).

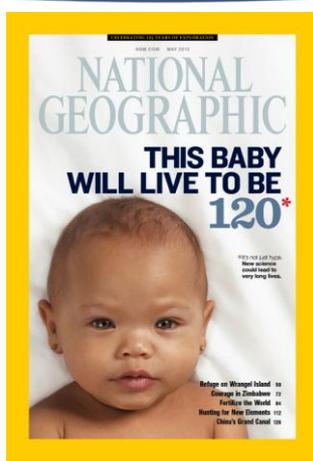
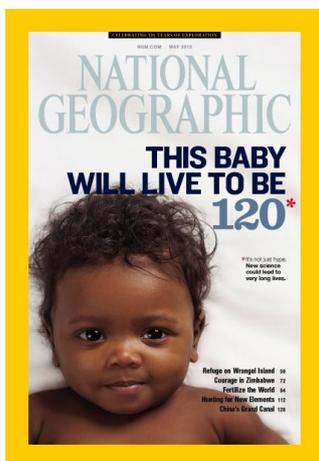
Mas, antes de tudo, pensar em fundo previdenciário é resgatar visão que considera um número expressivo de vetores de extrema importância, a exemplo da *longevidade*, do *acúmulo de recursos financeiros e de sua gestão* para suportar benefícios futuros e presentes, dentre outros temas igualmente complexos.

Esses inúmeros temas – e outros – devem ser postos dentro de um cenário de elevada *educação previdenciária* e porque não dizer, de *educação financeira* pois, no final das contas, uma questão *comportamental* também está à baila.

Recente reportagem colocada como matéria de capa da Revista *National Geographic* (maio.2013) estampa fotos de bebês instigando a pensar se eles viverão até os 120 anos e afirma que a ciência pode levar a uma vida bem longa (*It's not just hype. New science could lead to very long lives*).

Num primeiro pensar, olhar para bebês nascidos há pouco e imaginar que viverão por 120 anos parece algo fictício considerada a época presente.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. *Pensamentos Linear-Cartesiano, Sistêmico e Complexo aplicados à Governança Pública: As Aquisições Públicas*. XVII Congresso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colômbia, 30oct. – 2nov. 2012.



Mas a reportagem prossegue mostrando pessoas reais, saudáveis, ativas e muitas delas exercendo atividades laborais. Chama atenção Irving Kahn (de 106 anos de idade) que trabalha 5 horas por dia, em Nova York, como consultor financeiro desde o ano de 1929. Ou seja, Kahn conta com 84 anos de trabalho.



Irving Kahn (106)
 Trabalha 5hs/dia
 Consultor financeiro desde 1929
 Vive em NY
 Fonte: National Geographic

Sabe-se que há milhares de pessoas em todo o mundo que são *centenárias*.

“O número de centenários no mundo, em 1950, era de 24.000, hoje é de 269.000 e a projeção para 2050 é de 3,8 milhões”, afirma Marina Tisako Kumon em trabalho² intitulado *Centenários no mundo: uma visão panorâmica*.

O fenômeno cria maior interesse sobre essa população real com iniciativas nas áreas médica, fisiológica, genética e, é óbvio, previdenciária.

Não é ficção que a expectativa de vida em países que lideram os rankings existentes já começa a beirar a centena, a exemplo do Japão (86 anos), Andorra (85), Países Baixos (82) e outros tantos (Fonte: OMS, 2012).

Colocando olhos em dados presentes – e para ficar apenas no Brasil – verifica-se o quanto e em tão pouco tempo a *longevidade* aumentou e vem aumentando significativamente.

De fato, de acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer atingiu 71,2 anos (homens) e 74,8 anos (mulheres) em 2013. A projeção para 2041 é que essa idade chegará aos 80 anos.

Se é fato – e é de fato – que a geração presente e as futuras têm e terão mais “tempo de vida”, um raciocínio simplista leva a pensar que há um ciclo de vida natural um pouco mais longo que no passado e nessa trajetória há (em certo momento) uma provável diminuição do ritmo de trabalho e de produção.

Isso conduz – é intuitivo – a uma redução da fonte de custeio daquele que depende do seu labor para a sua própria manutenção e sobrevivência.

É aqui – exatamente neste ponto – que a educação previdenciária reclama sua existência e exponencia os seus propósitos maiores.

Durante o ciclo de vida (humana) econômica e produtiva deveriam ser tomadas as providências para o acúmulo de recursos financeiros suficientes para o custeio dos momentos futuros já que – de regra – serão improdutivos na dimensão antes alinhavada.

Previdência é, no seu sentido ordinário, prudência, acautelamento e previsão do futuro.

Pouco difere a orientação um pouco mais técnica onde *previdência é o conjunto de providências destinadas a proteger e amparar o trabalhador suas famílias, na velhice e nas enfermidades, por meio da aposentação e assistência médica-hospitalar.*

² Revista Kairós, São Paulo, 12(1), jan. 2009, pp. 213-232.

Sem poder aqui ingressar em questões do modelo da previdência brasileira abarcar a assistência, é fato que a visão negativa generalizada que se tem a respeito do Setor é potencializada pelo descaso (histórico e persistente) com a governança que deveria estar presente em todas as entidades que estão a serviço de *prevenir o futuro de pessoas possibilitando-lhes bem-viver em dado momento da vida.*

Ouso na eleição de tais premissas porque – ao olhar para a constelação do Sistema Previdenciário Brasileiro – noto que onde há governança efetivada e aplicada o cenário é altamente positivo.

Um exemplo vem a calhar: enquanto os RPPS's (REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS) acumulam expressivos déficits demonstrando fraca performance em todos os seus pilares, as entidades alocadas sob o regime dos RPC's (REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR) são detentoras de ativos que beiram a casa dos R\$ 700 bilhões (EFPC's – ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR).

Aqui é despropositado comentar o RGPS (REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) mas são notórios os seus gravíssimos problemas especialmente no tocante à geração recorrente de déficits.

Em análise bem curta e com foco especial nos RPPS's é mais do que certa a urgente necessidade de intervenções plurais no Setor.

Dos quase 2.400 RPPS's municipais existentes no Brasil, percentual elevadíssimo desse universo vão se mostrando inviáveis.

Minas Gerais, para sermos mais específicos, possui 213 RPPS's municipais e destes 95% são altamente deficitários e apresentam problemas dos mais variados (Fonte: TCE, 2014).

Se o cenário desenhado entremostra patologias várias, desde as congênicas até as adquiridas durante a existência dos RPPS's, fica evidente que a governança há de ser introjetada no Setor.

A mensagem que fica, não obstante, é de otimismo porque sabemos que há corretivos disponíveis. Mas, antes de tudo, deve haver conhecimento da causa.

Só para ficar num dos eixos da governança denominada comumente de “pessoal” (“recursos humanos” ou “talentos humanos”, como preferimos), por exemplo, a implantação da aqui tão reclamada governança não pode desdenhar da profissionalização e da ótima qualificação dos atores envolvidos pelas atividades próprias do Setor.

Transparência, *compliance*, estabelecimento de *postura de fundamentos*, pactuação de objetivos, aderência a princípios legitimados pelos atores, etc. são alguns elementos e componentes da governança que devem ser colocados em discussão e em prática.

Ou, ainda, há de se ter em mente que é preciso buscar múltiplas maneiras de fazer negócios, em ambiente seguro, guiando-se por princípios de prudência, respeito às leis, normas e regulamentos, sempre com base em critérios de risco/retorno.

É indispensável avaliar permanentemente as prioridades, as políticas, as normas, os procedimentos, o estatuto e os regulamentos para prestar o melhor serviço aos participantes (servidores beneficiários).

Não há como desconsiderar que os participantes e outros atores têm o direito à informação e que sua política de comunicação deve garantir isso, no tempo certo, de maneira clara e precisa.

Prestar contas e assumir plena responsabilidade pelas ações realizadas, solicitando que todos os “órgãos” (e instâncias colegiadas e deliberativas) e funcionários da Entidade, fornecedores e prestadores de serviço façam o mesmo e incentivem a fiscalização e a cobrança da contínua melhoria de todos os procedimentos.

Enfim, temos a certeza absoluta da importância do tema, da necessidade de driblar a letargia que assombra o Setor e implantar a governança aqui mencionada porque – é fato certo – o Brasil já conta com mais de 200 milhões de habitantes e cada vez mais tais pessoas possuem uma longevidade maior – não são poucas – e necessitarão de recursos financeiros suficiente que lhes garanta o desejado bem-viver.